



Ministério Público Estadual



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
EDUARDO TAVARES MENDES

OUIDOR-SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUCIANO CHAGAS DA SILVA
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
JOSÉ ARTUR MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - Presidente
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
MARCOS BARROS MÉRO
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
ARTRAN DE PEREIRA MONTE
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA
SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO
DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO
DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTE
CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO
DIRETOR GERAL
JOSÉ MAURÍCIO LAURINDO MAUX LESSA
DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO
DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS
DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
DIRETOR DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ
DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMÁTICA
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS
CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 22 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1380/2009.

Interessado: Associação dos Moradores do Loteamento Residencial Oceanis.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa alvitrada.

Proc: 1174/2010.

Interessado: Moradores do Loteamento "Novo do Riacho Doce".

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a medida sugerida.

Proc: 3209/2010.

Interessado: Fátima Maria Gomes.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a medida sugerida.

Processo nº PGJ – 2672/2012

Assunto: Pedindo de informações

Interessado: Procurador Regional da República Elton Ghersel

DESPACHO:

1. Chamo o feito a ordem para determinar que seja solicitada cópia do comprovante de recebimento, por esta Procuradoria Geral de Justiça, do Ofício nº 11/2008, oriundo do Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Marechal Deodoro, datado de 22 de fevereiro de 2008 e subscrito pelo Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Léo Dennison Bezerra de Almeida.

2. Publique-se.

3. Cumpra-se.

Após a juntada da citada comprovação, volta-me os autos conclusos.

Proc: 038/2013 – 23ª PJCEFF.

Interessado: 23ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Assunto: Encaminhamento de procedimento administrativo para análise.

Despacho: Ao Setor de Auditoria desta Procuradoria-Geral de Justiça.

Proc: 283/2013.

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 09, de que foi plenamente satisfeito o pleito, archive-se.

Proc: 520/2013.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento do PI nº 1.11.000.001630/2012-12.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 43ª Promotoria de Justiça de Maceió, e de traslado ao CRM/AL.

Proc: 747/2013.

Interessado: 1ª e 3ª Promotorias de Justiça de Maceió.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Satisfeito o objeto. Archive-se.

Proc: 821/2013.

Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando o apensamento destes autos ao Proc. PGJ nº 812/2013.

Proc: 1093/2013.

Interessado: 24ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1228/2013.

Interessado: 2º CAO/MP.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Aquisição de carimbos para o 2º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público. Projeto Básico. Justificada a necessidade da compra de pequeno valor. Aplicação do art. 24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações. Orçamento nº 41/2013 elaborado pelo setor de compras, com apresentação de 03 (três) cotações. Certidões de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa habilitada e que apresentou menor valor. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da aquisição junto a empresa Maria Irene Leôncio da Silva- ME, perfazendo um valor global de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)".

Proc: 1427/2013.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Assunto: Requerimento de remessa do Proc. PGJ nº 3209/2010 à 66ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa alvitrada.

Proc: 1439/2013.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 06, de que foi plenamente satisfeito o pleito, archive-se.

Proc: 1673/2013.
Interessado: Gabinete do Vice-Governador.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Remeta-se traslado aos Promotores de Justiça indicados no expediente de fl. 02.

Proc: 1417/2013.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Maceió.
Assunto: Requerimento de remessa do Proc. PGJ nº 1174/2010 à 6ª Promotoria de Justiça de Maceió.
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa alvitrada.

Proc: 1432/2013.
Interessado: Prefeitura Municipal de União dos Palmares.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Oficie-se à interessada remetendo traslado da manifestação do GECOC, informando a impossibilidade de atendimento do pedido.

Proc: 1438/2013.
Interessado: Ana Cristina de Araújo Ferreira.
Assunto: Notícia de irregularidades em órgão público.
Despacho: Acolho o parecer da Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Proc: 1470/2013.
Interessado: 13ª Promotor de Justiça de Maceió.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1364/2013.
Interessado: 10ª Juizado Especial Criminal da Capital – PROJUDI.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Encaminhem-se os autos à 44ª Promotoria de Justiça de Maceió.

Proc: 1638/2013.
Interessado: Secretaria Municipal de Educação- SEMED.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Encaminhem-se os autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Municipal para se manifestar.

Proc: 1699/2013.
Interessado: Dr. Carlos Eduardo Baltar Maia, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 1810/2013.
Interessado: Vara do Trabalho de São Luiz do Quitunde.
Assunto: Encaminhamento de peças o Proc. nº 0001184-47.2012.5.19.0056.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1813/2013.
Interessado: 8ª Vara do Trabalho de Maceió.
Assunto: Encaminhamento de peças do Proc. nº 000016-57.2012.5.19.0008.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1814/2013.
Interessado: Vara do Trabalho de São Luiz do Quitunde.
Assunto: Encaminhamento de peças o Proc. nº 00001185-32.2012.5.19.0056.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1818/2013.
Interessado: Sigiloso.
Assunto: Notícia de irregularidades em órgão público.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1839/2013.
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Encaminhamento de inquérito civil nº 001030.2012.19.000/8.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1848/2013.
Interessado: Serviço Social da Indústria – SESI.
Assunto: Requerimento de designação de Promotores de Justiça.
Despacho: Ao Dr. Edelzito Santos Andrade, Assessor Especial da Procuradoria-Geral de Justiça.

Proc: 1863/2013.
Interessado: Juízo de Direito da 24ª Vara Cível da Capital.
Assunto: Mandado de citação.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1865/2013.
Interessado: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1881/2013.
Interessado: Movimento Nacional de Combate a Corrupção Eleitoral em Alagoas - MCCE/Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Encaminhem-se os autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Municipal.

Proc: 1931/2013.
Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Dr. Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza, Promotor de Justiça responsável pelas comunicações com o Conselho Nacional do Ministério Público.

Proc: 1936/2013.
Interessado: Supremo Tribunal Federal.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1937/2013.
Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Dr. Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza, Promotor de Justiça responsável pelas comunicações com o Conselho Nacional do Ministério Público.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 22 de abril de 2013.

Andressa Loureiro de Mendonça Alves.
Assessora Técnica
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 381, DE 22 DE ABRIL DE 2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, Promotor de Justiça de São José da Tapera, de 1ª entrância, atualmente oficiando perante a 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, para responder, sem prejuízo de suas funções, pela Coordenação das Promotorias de Justiça de Santana do Ipanema, até ulterior deliberação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PAUTA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSM P A SER REALIZADA NO DIA 24.04.2013

Levamos ao conhecimento dos Senhores Conselheiros que, na próxima quarta-feira, dia 24/04/2013, às 9h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

Apreciação da ATA da 7ª Reunião Ordinária de 2013.

PROCESSOS E EXPEDIENTES PARA CONHECIMENTO

1º Ofício 1º CPMA nº 131/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de remessa de autos e declínio de atribuições.

2º Ofício 1º CPMA nº 126/2013 – Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça – Assunto: Comunicação de instauração do inquérito civil, em face da informação de irregularidades no funcionamento do Laboratório de Físico-química do Instituto do Meio Ambiente.

3º Ofício PROESDEC/MPE-AL 294/2013 – Interessados: Dra. Denise Guimarães de Oliveira e Dr. Max Martins de Oliveira e Silva, Promotores de Justiça – Assunto: Comunicação sobre o ajuizamento de ação civil pública.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1º Processo nº 153/2008 (em apenso os Processos nº 60/2009, 198/2008, 194/2009, 195/2009, 197/2009 e 196/2009) – Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Encaminhamento de arquivo referente aos pagamentos dos Programas do FNDE – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Relator: Conselheiro Artran de Pereira Monte.

2º Inquérito Civil nº 02/2010 – Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Acompanhamento de recursos públicos destinados à reconstrução e reforma das casas atingidas nas enchentes – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público Estadual – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

3º Processo PGJ nº 540/2013 – Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Poluição sonora provocada pelo estabelecimento comercial “Sítio El Paraíso” - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Condomínio Ocean View – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

4º Procedimento Administrativo nº 004/2013 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reclamação em face do Plano de Saúde Smile - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Fabiano de Oliveira – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

5º Processo nº 1057/2005 – Origem: Promotoria de Justiça de Jacaré dos Homens. Assunto: Possível desvio de verbas do FUNDEF - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Procuradoria Geral de Justiça – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

6º Processo nº 199/2008 – Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Problemas na construção da quadra poliesportiva da Escola Estadual José Maria Correia das Neves - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

7º Processo nº 1215/2005 – Origem: Promotoria de Justiça de Batalha. Assunto: Possível desvio de verbas do FUNDEF - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

8º Procedimento Administrativo nº 209/2012 – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reclamação em face do Plano de Saúde Hapvida - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Danyel Ricardo Casado Carnaúba – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

9º Procedimento Administrativo nº 107/2008 – Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Balançetes orçamentário e financeiro da SEE, ano de 2007 - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público do Estado de Alagoas – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

10º Processo nº 132/2012 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Denúncia de possíveis irregularidades constantes no Edital/SEE nº 008/2012 para a contratação de monitores - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Humberta Maria Peixoto Campos Soares e outros – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

11º Processo nº 292/2004 – Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Assunto: Contratação de funcionário sem concurso público - Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Vara Única do Trabalho de São Luiz do Quitunde – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

12º Processo PGJ nº 2217/2011 – Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Possíveis irregularidades no Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas – LIFAL – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas – Relator: Antiógenes Marques de Lira.

13º Processo nº 008/2006 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2005 SICAP – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação de Amparo à visão – FUNAV – Relator: Luiz Barbosa Carnaúba.

14º Processo nº 018/2006 – Origem: 23ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de contas – Exercício 2005 SICAP – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessada: Fundação Ação Feminina da ASPLANA – FAFEPLAN – Relator: Luiz Barbosa Carnaúba.

15º Procedimento Preparatório nº 17/2011 – Origem: 7ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Desmatamento irregular na Chã da Jaqueira – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Eziel Lidio de Souza – Relator: Luiz Barbosa Carnaúba.

16º Procedimento Administrativo nº 167/2008 – Origem: 21ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Prestação de Contas das obras no Complexo de Unidades de Internação da Capital – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Ministério Público de Alagoas – Relator: Conselheiro Luiz Barbosa Carnaúba – Voto-vista: Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

17º Procedimento Administrativo nº 200/2012 (Processo PGJ nº 3580/2012) – Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Reclamação em face do Hospital Arthur Ramos (adiamento de cirurgia por falta de leito) – Reexame em manifestação de arquivamento. Interessado: Gerivaldo Pontes dos Santos – Relator: Conselheiro Marcos Méro.

Maceió, 19 de abril de 2013.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça-Secretário

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e treze (13.03.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Luciano Chagas da Silva, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares Mendes, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e Marcos Barros Méro. Inicialmente, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença de todos e, de incontinentem, solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião, indagando ao Senhor Secretário se as Atas indicadas na pauta haviam sido distribuídas aos senhores Procuradores de Justiça, o Secretário confirmou a distribuição das referidas Atas, com exceção da Ata da Reunião do dia 30 de janeiro de 2013, que ainda estava sendo concluída. O Presidente indagou aos senhores Procuradores de Justiça se existia alguma correção a ser feita nas Atas distribuídas. A esse respeito, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz disse que gostaria que fossem corrigidos alguns pontos. Anotados pelo Secretário, o Presidente agradeceu as contribuições do Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e informou que as alterações seriam efetuadas nas respectivas Atas. Feitas essas considerações, o Colégio aprovou as Atas que foram entregues, com as devidas retificações, a saber: As atas das sessões do dia 5 de dezembro de 2012 (Ordinária), 17 de dezembro de 2012 (Ordinária e Extraordinária) e de 2 de janeiro de 2013 (Extraordinária Solene). Determinada a leitura da Ordem do dia, o Secretário passou a ler os demais itens da Pauta. O item 2 diz respeito a deliberação sobre o processo de número PGJ – 1935/2012, tendo como interessada a Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Carnaúba. Assunto: solicitação de audição

frente a esse colegiado. O seu requerimento foi entregue a Vossas Excelências na Sessão agendada para o dia 15 de agosto de 2012. O item 3. Processo nº PGJ – 5285/2012, cuja interessada é a Promotora de Justiça Doutora Denise Guimarães de Oliveira. Assunto diz respeito a retificação de atribuições em face da resolução nº 38/2012 desse Colegiado. O item 4. Processo PGJ – 724/2013, o interessado é o Doutor Marcos Robson Nascimento Costa. Assunto versa sobre o encaminhamento de projeto de Ato Normativo da Controladoria Interna. O item 5. Apresentação da Assessoria de Planejamento Estratégico sobre o nosso Planejamento Estratégico do MPE/AL. O item 6 trata de eventuais matérias inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Feita a leitura da ordem do dia, o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça anunciou o pedido de inversão da pauta, vale dizer, que o item 5 fosse apreciado antes dos itens 2 a 6. Em face da colocação do Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Doutor Sérgio Jucá sugeriu que fossem apreciados os itens 3 e 4, depois seria apreciado o item 5 e, por fim, os itens 2 e 6. Questionado se havia alguma objeção por conta da inversão da pauta, o Colegiado manteve-se em silêncio. Deu-se então prosseguimento a apreciação do item 3, restando deliberado que o processo anunciado, cuja interessada é a Promotora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, por conta da natureza da matéria, deveria ser relatado, cabendo ao Senhor Secretário proceder o sorteio e respectiva distribuição. Quanto ao item 4, restou deliberada a remessa à Comissão Permanente Institucional. Neste átimo, o Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes solicitou ao Presidente desta Comissão, Doutor Lean Antônio Ferreira de Araújo, que, se pudesse, priorizasse a análise dessa matéria. Em seguida foi concedida a palavra ao Promotor de Justiça Humberto Pimentel, que saudou os Procuradores de Justiça e explicou que a Assessoria de Planejamento tinha solicitado anteriormente uma audiência com Doutor Sérgio Jucá para apresentar o que será exposto, todavia o Procurador-Geral de Justiça fez questão que essa exposição fosse apresentada diante do Colégio de Procuradores. Falou rapidamente como tem sido desenvolvida a gestão estratégica e o escritório de projetos, o qual tem por função favorecer a efetividade dos objetivos dos projetos. Após essas considerações iniciais, informou que o servidor Willams Ferreira de Oliveira apresentaria o desenho da gestão estratégica do MPE-AL e que a servidora Renata de Oliveira Teixeira faria uma exposição sobre o escritório de projetos. Willams saudou a todos, apresentou-se e passou a discorrer sobre a criação do Comitê de Gestão Estratégica. Explicou sobre a necessidade da criação do Comitê de Gestão Estratégica para a continuidade do modelo de gestão adotado pelo Ministério Público do Estado de Alagoas. Foi apresentada como será composto o comitê (cujos membros deverão ser indicados pelo Procurador Geral de Justiça), sua finalidade, atribuições e importância da sua existência. Demonstrou a necessidade de se trabalhar com programas e projetos, criação de indicadores e estabelecimento de metas, onde cada integrante do comitê, responsável pela sua área (objetivo estratégico), deverá apresentar projetos que estejam em consonância com o Plano Estratégico 2011-2022. Ressaltou ainda que cada integrante irá apontar as prioridades do Plano Estratégico 2011-2022 para a elaboração do Plano Geral de Atuação - PGA. Este terá o prazo de dois anos e será renovado a cada biênio. Por fim, fez menção a vários Ministérios Públicos que adotaram e estão adotando o mesmo modelo de gestão e citou, também, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que se encontra no mesmo patamar que o MPE/AL. De maneira detalhada, explicitou a finalidade do modelo de gestão estratégica; suas origens, o plano estratégico, objetivos da área fim, objetivos da área meio, programas e projetos necessários a realização desse

plano, os cursos de formação de agentes capacitados para realização de projetos, e a formação do comitê. Nesse momento, Doutor Márcio Roberto fez a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, eu queria saber quais foram os critérios utilizados para essa composição? Porque tem uma instituição no Ministério Público, apesar dela ser esquecida muitas vezes, e ela foi esquecida mais uma vez, que é a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Na minha ótica é uma Instituição muito importante. E não está aí!”. Diante dessa fala, Doutor Márcio Roberto observou que esse desenho não contemplava a Corregedoria-Geral do MPE/AL e que no seu entender isso seria importante. Willams Ferreira de Oliveira esclareceu que, em sua origem, o comitê gestor, da forma como tinha sido pensado, entendia que a Corregedoria estaria atuando ao longo do desenho, mas que não teria uma representação enquanto órgão no Comitê de Gestão. Ante a esta resposta e entendo que da forma traçada a Corregedoria não teria relevância, o Corregedor do Ministério Público informou que iria se ausentar, com de fato se ausentou, da Reunião. Willams Ferreira de Oliveira deu continuidade a sua explanação dando conhecimento de que outras experiências de Gestão Estratégica já vinham sendo desenvolvidas no Ministério Público de Minas Gerais em que o PGA – Plano Geral de Atuação, incluía a criação de indicadores e metas. Essa experiência inspirou a criação do PGA no MPE/AL por meio das iniciativas estratégicas e indicadores estratégicos. Deu exemplos e explicitou as metas do plano diante dos indicadores e das iniciativas. Informou que o acompanhamento do desenvolvimento dos indicadores e das metas serão feitos a partir das RAE – Reuniões Trimestrais de Análise Estratégica. Sendo o Comitê de Gestão Estratégica composto por quinze integrantes, caberá a esses membros dar conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça dos desdobramentos dos projetos e programas viabilizados por meio dessa iniciativa. Asseverou que experiências como essas já vêm sendo desenvolvidas pelos Ministérios Públicos da Bahia, de Goiás, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, e Tribunal de Justiça de Alagoas. Acrescentou que vem sendo ventilada uma proposta de parceria com TJ/AL para proposição dessas iniciativas de gestão estratégica com o MPE/AL. Após essas considerações sobre a Gestão Estratégica no MPE/AL, Doutor Humberto Pimentel informou que o MPE/AL está no mesmo nível do TJ/AL no que concerne ao Planejamento Estratégico. Ressaltou que esse Comitê emerge com a principal função de viabilizar a efetivação dos objetivos do programa. Depois dessa esclarecimento, solicitou que a servidora Renata de Oliveira Teixeira que passasse a apresentar o Escritório de Projetos. Renata saudou a todos e iniciou fazendo a apresentação da relação que existe entre o Comitê de Gestão Estratégica que será implantado e o Escritório de Projetos, demonstrando a interação necessária que haverá entre ambos, que se expressará por meio do apoio do Escritório de Projetos na elaboração de projetos, monitoramento e transferência de informações referentes ao conjunto de projetos da instituição, intercâmbio de experiências em gerenciamento de projetos e alinhamento dos objetivos dos projetos diante das prioridades traçadas pelo Comitê de Gestão. Em continuação, foram apresentados o formulário de Termo de Abertura de Projeto e o Fluxograma de Aprovação de Projetos. Ressaltou a existência do Banco Nacional de Projetos, bem como sua importância como ferramenta de divulgação e repetição de boas práticas implementadas no âmbito do Ministério Público Brasileiro. Informou que a função desse Escritório será de assessorar a equipe de projetos. Apresentou quatro formas de cooperação do Escritório com o Comitê: apoio na elaboração de registro e execução dos projetos (ressaltou que quem vai elaborar os projetos são os servidores e membros e não o escritório); monitoramento das informações referentes aos projetos em

andamento; a troca de experiências sobre gerenciamento; alinhamento aos objetivos dos projetos as prioridades traçadas pelo Comitê. Em seguida discorreu sobre as contribuições desse escritório, os formulários, fluxo para aprovação do Termo de Abertura de Projetos, o Banco Nacional de Projetos (que tem por finalidade armazenar os projetos de todos os Ministérios Públicos para que bons projetos possam ser replicados, coletados e disseminados os projetos bem sucedidos). Depois destas explicações, o Dr. Humberto Pimentel apresentou os programas MP Comunitário e FPI do São Francisco que estão na página do MPE/AL. Informou que o site do CNMP é aberto a todos para consulta de projetos e mostrou como se pode fazer buscas por projetos no Banco a partir do site do CNMP. Finda a exposição, o Dr. Humberto Pimentel solicitou ao Procurador-Geral de Justiça que indicasse os membros do citado Comitê. O Presidente da Sessão então indagou aos pares se tinham alguma colocação ou observação. Falaram então sobre esse ponto os Procuradores de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá, José Artur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro, Eduardo Tavares Mendes e Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá. O Procurador de Justiça Geraldo Magela destacou a feliz idéia do Dr. Eduardo Tavares de antecipar o futuro, que hoje não se pode fazer presente sem pensar no amanhã. Lembrou a evolução do MPE-AL desde quando ocupava um espaço de três salas até o cenário atual. O Procurador de Justiça José Artur Melo destacou que não concebia o uso do termo estratégico, vez que nunca teria visto um planejamento que não fosse estratégico. Questionou ainda se as prioridades para seleção de projetos eram inflexíveis. O Doutor Humberto Pimentel informou que: “quando a gente fala de estratégia geralmente se fala de planos de longo prazo. Com relação ao Escritório de Projetos as prioridades definidas pelo Comitê atendem apenas a uma pulverização das fontes de informações, mas o foco é o Procurador-Geral de Justiça, é ele quem decide”. Nesse sentido, arrematou, não são inflexíveis essas prioridades, pois elas podem em última instância, ser redefinidas pelo Procurador-Geral de Justiça. O Procurador de Justiça Afrânio Roberto endossou as palavras do Doutor Geraldo Magela, ressaltando a figura do Doutor Luciano Chagas enquanto Presidente da AMPAL, que teve a visão do futuro e adquiriu à época um computador para a Associação e o gestor posterior disse que aquilo não tinha necessidade e vendeu o computador. Ressaltou ainda que o Procurador de Justiça Eduardo Tavares teve essa visão e conseguiu implantar o planejamento estratégico no âmbito do MPE/AL. À guisa de contribuição, o Procurador de Justiça Lean Araújo destacou que seria interessante que o Comitê fosse formado no âmbito do gabinete, evitando assim os longos caminhos até ser aprovado. Outro aspecto que precisava ser considerado seria da avaliação de políticas que não foram contempladas no projeto. Doutor Humberto Pimentel acolheu as sugestões do Doutor Lean Araújo e acrescentou a questão das verbas oriundas dos convênios extraorçamentários. Informou que há uma quantidade enorme de recursos federais para fomentar projetos e que pesar do MPE/AL ser uma Instituição honesta é preciso qualificar seu pessoal para saber operar com a ferramenta de gestão desses recursos. O Procurador de Justiça Marcos Méro parabenizou a equipe de assessoramento estratégico e disse que os nomes deles já estavam inseridos na história do MPE/AL. O Procurador de Justiça Eduardo Tavares lembrou que o Planejamento Estratégico é resultado dos esforços conjuntos do Procurador-Geral de Justiça, do Procurador Administrativo Institucional e do Procurador Judicial, e todos os demais que formaram a sua equipe na anterior Procuradoria Geral de Justiça. Indagou neste momento sobre o andamento do projeto do MP Comunitário, em particular em face dos estraves que estavam acontecendo;

tecendo quanto à disponibilidade de verbas federais. Doutor Humberto Pimentel, sobre este ponto, informou que por falta de conhecimento técnico a proposta do MPE/AL restou inexecutável. Não por falta de verba, mas por conta do conteúdo. Mudando-o, seria possível torná-lo exequível, o que foi feito mediante a proposta do Promotor de Justiça Cláudio Malta, especialista na matéria fim. Disse ainda que o Presidente da Sessão, Doutor Sérgio Jucá, tem a senha máster do Sistema de Convênios - SICONV, e passou uma senha com menos poderes para os servidores Willams e Renata, devendo agora a gestão desse projeto ser desenvolvida de modo mais adequado. Acrescentou que é uma fonte muito interessante de recursos. Retornada a palavra para o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Jucá agradeceu a equipe pela belíssima exposição. Demais disso noticiou que o item 2 da pauta deveria ser inserido na Reunião vindoura, ante a ausência neste átimo de quórum. Por esta mesma razão declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata em Extrato, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Colégio de
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e treze (20.03.2013), às 15 (quinze) horas, na Sala dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Doutores Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Artran de Pereira Monte, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Marcos Barros Méro. Inicialmente o Presidente da Sessão, Procurador-Geral de Justiça, Doutor Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, agradeceu a presença e saudou a todos. De incontinente, solicitou do Secretário deste Colegiado a conferência de quórum. Confirmado o número necessário, o Procurador-Geral de Justiça declarou instalada a Reunião solicitando ao Senhor Secretário a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Deliberar sobre o Processo PGJ nº 1935/2012. Interessada: Maria Cecília Pontes Carnaúba. Assunto: Solicitando audiência frente ao CPJ/MPE/AL. Requerimento entregue com a pauta da sessão agendada para o dia 15.08.2012. 2. Deliberar sobre o Processo PGJ nº 4524/2012. Interessada: AMPAL. Assunto: Auxílio-alimentação, e 3. Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Após a leitura da ordem do dia, o Procurador-Geral de Justiça Dr. Sérgio Jucá questionou ao Colégio se teriam interesse em incluir outras matérias na ordem do dia. Silentes os Procuradores, passou-se então a apreciação dos itens da pauta. Quanto ao item 1 (um), o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá ressaltou que se trata de um pedido que tinha sido feito em agosto de 2012, no qual a Promotora de Justiça Maria

Cecília Pontes Carnaúba vinha pedindo oitiva diante do Colégio de Procuradores de Justiça para tratar de assuntos relacionados a Promotoria de Justiça da qual é titular. Indagou então ao Colégio se alguém gostaria de se pronunciar sobre este ponto. O Procurador de Justiça Dilmar Camerino solicitou a palavra, sendo-lhe concedida pelo Presidente da Sessão. O Procurador de Justiça Dilmar Camerino saudou a todos passando a dizer que esse é um tema do qual já teve oportunidade de se pronunciar em certa feita. Disse que a Promotora de Justiça Cecília Carnaúba viveu um período conturbado, sendo destaque em jornais e em redes sociais. Falou que este Colegiado tinha que reconhecer que a referida Promotora de Justiça operou em nome do Ministério Público e como Instituição Democrática que é, o melhor seria que o Colegiado deliberasse favoravelmente o pedido a fim de ouvi-la. Acrescentou ainda que os Órgãos do Ministério Público precisam se preparar. A capacidade de luta do membros do Ministério Público impõe isto. Disse que em alguns momentos ultrapassamos os nossos limites, fizemos coisas que não eram nossas, mas não de má-fé, nem querendo ser melhor de que ninguém, nem querendo usurpar função de ninguém. Lembrou que há um projeto de emenda constitucional criando um ambiente desfavorável ao MP, que trata da investigação pelo agente ministerial. Continuou dizendo que parabenizava o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá pela resposta dada diante da acusação sofrida pelo Ministério Público do Estado de Alagoas envolvendo o sindicato dos médicos do Estado de Alagoas, acrescentando que sob o comando do Procurador de Justiça Sérgio Jucá a Instituição Ministerial irá saber caminhar sempre na direção que ela caminhou e vem caminhando, que é o grande objetivo do Ministério Público, a correta aplicação da lei. Pediu ainda o Procurador de Justiça Dilmar Camerino que ficasse registrado em Ata que os médicos no Estado de Alagoas estão efetivamente passando por um momento de muita dificuldade sob o ponto de vista administrativo, financeiro e é uma categoria que tem o conhecimento e os instrumentos para salvar vidas. Após a fala do Procurador de Justiça Dilmar Camerino, foi concedida a palavra ao Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba, que cumprimentou ao Presidente, demais colegas, e pronunciou sobre o pedido da Promotora de Justiça Cecília Carnaúba dizendo que: “o Colegiado poderia convidá-la para ouvi-la e convidar o Dr. Adriano Soares. Dra. Cecília, lembrou, tem mandado cópia de todas as ações propostas para os Procuradores. Então o que é que ela teria de interesse para agora ouvi-la. Se nós comprovamos, constatamos através das petições, ações que ela tem proposto, fundamentadamente, o que é que ela teria a dizer a mais além do que ela já deu conhecimento ao Colégio de Procuradores? A Presidente da AMPAL está aqui presente e deu uma nota no jornal em solidariedade e apoio a Dra. Cecília, reconhecendo a sua conduta ilibada, sua conduta profissional”. Acrescentou que, honestamente, não via sentido de ouvi-la neste Colegiado. Com a palavra o Procurador-Geral de Justiça Sérgio, agradeceu a contribuição do Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba e concedeu a palavra ao Procurador de Justiça Marcos Méro, que cumprimentou ao Presidente e aos demais colegas passando a dizer: “Eu suponho que a Dra. Cecília Carnaúba está sofrendo desgaste, com relação as muitas medidas judiciais que tentou contra o Senhor Secretário de Educação, porque todas as questões envolvendo a educação em Alagoas são distribuídas para ela, quando deveriam ser repartidas equitativamente entre os integrantes da Promotoria da Fazenda Estadual. Daí, aparentar perseguição ao Senhor Secretário, quer seja o atual ou fosse outro qualquer. Outrossim, quanto ao seu pedido para se pronunciar sobre o caso, perante este Colegiado, em-

bora não seja regimentalmente amparado, acho que deve ser acolhido, até por uma questão de coleguismo.” Retornada a palavra para o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, agradeceu a contribuição e passou a palavra para o Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, que passou a dizer que o Procurador-Geral de Justiça teve uma postura adequada sobre o caso do sindicato dos médicos. Que as palavras do Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino foram muito oportunas e que fazia coro a essas e acrescentou que o Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá teria sempre o apoio da Instituição através do seu Colegiado. O Procurador-Geral de Justiça Sérgio agradeceu e passou a palavra para o Procurador de Justiça José Arthur, que saudou a todos e passando a dizer que, igualmente, não poderia deixar de louvar a postura do Procurador-Geral de Justiça diante da resposta dada ao sindicato dos médicos. Com referência a Dra. Cecília, alinhou-se com aqueles que entendem que deve ouvi-la. Elogiou e parabenizou o Procurador-Geral pelo cumprimento do horário de início das Sessões do Colégio. O Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá agradeceu e concedeu a palavra ao Corregedor do MPE/AL, Márcio Roberto Tenório, que saudou a todos e disse que não tinha nenhum problema em ver a Promotora de Justiça Cecília Carnaúba diante deste Colegiado, porém tudo que ela venha a dizer será por ele analisado. O Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá agradeceu e passou a palavra para o Procurador de Justiça Lean Araújo, que cumprimentou a todos os presentes, passando a dizer que estava solidário com o Procurador de Justiça Dilmar Camerino no tocante a moção que dirigiu ao Dr. Sérgio Jucá. Que leu a resposta dada pelo Procurador-Geral de Justiça no Jornal Gazeta de Alagoas, edição de 19 de março de 2013, e pôde observar a serenidade com que ele tratou o tema. Disse que o Procurador-Geral de Justiça deu o primeiro passo para que a população alagoana consiga compreender qual é o atual cenário e qual seria a posição do Ministério Público Estadual neste cenário. No que se refere a discussão do pedido da Dra. Cecília Carnaúba, em síntese, disse que era a favor da sua oitiva por este Colegiado. Dr. Sérgio Jucá agradeceu ao Procurador de Justiça Lean Araújo e declarou encerrada a fase de debates, para em seguida colher os votos dos Procuradores de Justiça. Colhidos, inicialmente, por maioria, foi deferido o pedido da Dra. Cecília Carnaúba. Destarte, revendo sua posição, o Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba retificou-a para deferir o pedido da Promotora de Justiça Cecília Carnaúba. Diante disto, o Presidente da Reunião proclamou o resultado dizendo que o Colegiado, à unanimidade, deferiu o pedido da Promotora de Justiça Maria Cecília Pontes Carnaúba, determinando ao Senhor Secretário que cuidasse das tratativas para a data da oitiva da Dra. Cecília. Quanto ao item 2 da Pauta, o Procurador-Geral de Justiça passou a informar que o Processo PGJ nº 4524/2012 trata do pedido da AMPAL, subscrito pela Presidente da AMPAL, Promotora de Justiça Adilza Inácio de Freitas, cujo objeto é o auxílio-alimentação. Disse que o Ministério Público de Alagoas é uma das últimas unidades que ainda não implantou essa vantagem, só restando cinco unidades no país nesta situação. Destacou que a petição esta devidamente instruída, inclusive com sugestão de um parâmetro para fixação no valor de 710 (setecentos e dez) reais, que, aliás, é o valor que todos os integrantes da carreira do Ministério Público da União recebem. Acrescentou que foram ouvidos todos os setores envolvidos da Administração. A Diretoria de Programação e Orçamento e a Diretoria de Contabilidade e Finanças revelaram haver cobertura orçamentária para a implantação da referida vantagem. O Processo também recebeu parecer favorável da Consultoria Jurídica que demonstrou não haver qualquer obstáculo de or-

dem constitucional ou legal ao deferimento do pedido. Lembrou que os Procuradores tinham em mãos a proposta e nesta consta a citação de vários diplomas legais e, ainda, à alusão dos precedentes na esfera do Conselho Nacional do Ministério Público. Reconheceu que no início houve uma certa polêmica tanto que isso foi objeto de procedimento de controle no âmbito do CNMP, mas superada a polêmica a matéria deixou de ser controvertida e hoje quem ainda não instituiu a vantagem, não instituiu em razão de entaves orçamentários. Acolheu a sugestão da Dra. Adilza Inácio de Freitas, principalmente quanto ao valor do auxílio 710 (setecentos e dez) reais e no art. 4º cuidou-se dos efeitos financeiros. Não olvidou em dizer que os Procuradores conheciam sobejamente hermenêutica jurídica e sabiam que o efeito financeiro retroage a cinco anos, ante o fenômeno instintivo do direito, que é o da prescrição. De modo que a proposta da gestão seria de instituir a vantagem, o auxílio-alimentação, reconhecendo, se aprovada, esse crédito. E esse crédito será adimplido de acordo com a disponibilidade orçamentária. Abriu então a fase de discussão desta matéria. Falaram sobre este ponto os Procuradores de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto, Luiz Barbosa Carnaúba, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Marcos Barros Méro. O Procurador de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto ponderou se seria o momento oportuno para implementar o auxílio-alimentação para os membros do Ministério Público em face da situação vivenciada pelos demais servidores do Estado de Alagoas, como os policiais militares, médicos, professores. O Procurador de Justiça Marcos Barros Méro disse que se tratava de um direito formulado pela Presidente da AMPAL e não havia razão para sua não implementação. Neste mesmo sentido o Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba. Os Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Márcio Roberto Tenório Marcos Barros Méro e Sérgio Jucá debateram sobre a redação do parágrafo 2º do art. 2º da minuta apresentada, sendo alfin aprovada, por sugestão do Procurador-Geral de Justiça, à unanimidade, a seguinte redação: “§2º São considerados de efetivo exercício o afastamento do membro do Ministério Público nos termos da legislação institucional de regência.” Finalmente, o Colégio aprovou a minuta apresentada, com a alteração acima, determinando, à unanimidade, que a minuta fosse editada na forma de Resolução. Indagou o Colegiado sobre a inclusão de nova matéria em pauta, diante do silêncio, o Presidente da Sessão passou para a fase das comunicações. Com a Palavra o Procurador de Justiça Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto lembrou que a Imprensa Oficial vinha trazendo na data de hoje oito folhas listando multas de trânsito, todavia ninguém via um guarda de trânsito nas ruas de Maceió, tendo ele pensado, conforme suas palavras, que a indústria da multa na gestão do cidadão que saiu tinha acabado. Não havendo mais que quisesse fazer uso da palavra, o Presidente da Reunião agradeceu mais uma vez a presença de todos, em especial da Dra. Adilza Inácio de Freitas, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas, declarando, em seguida, encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata em extrato, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

=====
>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<
=====
AO(S) '22' DIA(S) DO MÊS DE ABRIL O FUN-
CIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE
PROTOCOLO,PROMOVEU A DEVOLUÇÃO
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA,ATÉ AS DEZES-
SEIS E TRINTA, DOS SEGUINTE PROCESSOS
ABAIXO RELACIONADO(S):
=====

1ª CÂMARA CÍVEL

2013.001063-0
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
A. F. DAR. P. REP.P/ MAE R. F. DAR.
APEDO :
I. T. P.
Entrada :9/4/2013 Retirada :9/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 9/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CÂMARA CÍVEL

0006236-20.2012.8.02.0000
EMBARGOS DE DECLARACAO EM AGRAVO
DE INSTRUMENTO
CAPITAL
EMBARGANTE:
BANCO BRADESCO S/A
EMBARGADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :17/4/2013 Retirada :19/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 17/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

1ª CÂMARA CÍVEL

0002656-28.2002.8.02.0001
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
BACARDI - MARTINI DO BRASIL IND. COM.
LTDA
APEDO :
COMERCIAL DE BEBIDAS MOURA LTDA
Entrada :17/4/2013 Retirada :19/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 17/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
WALBER JOSE VALENTE DE LIMA

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.000349-1
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO
APEDO :
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.001094-6
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
SIMONE SILVA DOS SANTOS
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

3ª CÂMARA CÍVEL

0006358-33.2012.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
CAPITAL
AGRATE :
DIRETOR PRESIDENTE DA AL PREVIDENCIA
AGRAVO :
MARCIA IVETE DE OLIVEIRA BARROS
Entrada :17/4/2013 Retirada :18/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 17/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

CÂMARA CRIMINAL

0000337-88.2011.8.02.0028
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO
CRIMINAL
PARIPUEIRA
EMBARGANTE:
GEORGE DE ARAUJO LOPES DE MOURA
EMBARGADO :
MINISTERIO PUBLICO
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
LUIZ BARBOSA CARNAUBA

TANIA MARIA GOMES
ASSESSORA ADMINISTRATIVA

=====
>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<
=====

AO(S) '22' DIA(S) DO MÊS DE ABRIL O FUN-
CIONÁRIO COMPETENTE DESTA SETOR DE
PROTOCOLO,PROCEDEU A DISTRIBUIÇÃO
AUTOMÁTICA,ATÉ AS DEZESSEIS E TRINTA,
DOS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO
RELACIONADO(S):
=====

1ª CÂMARA CÍVEL

0000919-07.2013.8.02.0000
AGRAVO DE INSTRUMENTO
RIO LARGO
AGRATE :
VANIA OITICICA PINTO GUEDES DE PAIVA

AGRADO :
AMELIA ADRIANA DE CARVALHO CAMPE-
LO E OUTROS
Entrada :22/4/2013 Retirada :
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 22/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.001403-0
APELAÇÃO CIVEL
PALMEIRA DOS INDIOS
APETE :
HELENA VITORINO DA ROCHA
APEDO :
MUNICIPIO DE PALMEIRA DOS INDIOS
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.000817-8
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE MACEIO
APEDO :
LINDALVA MARIA SANTOS DA SILVA
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.000349-1
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO
APEDO :
MUNICIPIO DE MACEIO E OUTRO
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

2ª CÂMARA CÍVEL

2012.009511-6
APELAÇÃO CIVEL
PALMEIRA DOS INDIOS
APETE :
ALISSON MINELLY OLIVEIRA DE MORAIS
REPP/MAE
GILVANETE FERREIRA FERRO
APEDO :
ESTADO DE ALAGOAS
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.000734-1
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
ALEXANDRE BUARQUE TENORIO
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.001094-6
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
ESTADO DE ALAGOAS
APEDO :
SIMONE SILVA DOS SANTOS
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
VICENTE FELIX CORREIA

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.001620-9
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MINISTERIO PUBLICO
APEDO :
FLAVIO ABREU DE ANDRADE E OUTRO
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
ARTRAN DE PEREIRA MONTE

2ª CÂMARA CÍVEL

2013.001487-2
APELAÇÃO CIVEL
CAPITAL
APETE :
MUNICIPIO DE MACEIO
APEDO :
LEANDRO SANTOS DE LIMA REPP/PAI FA-
BRICIO DE DIAS
DE LIMA
Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013
Devolução : Saidap/ TJ :

(DISTRIBUIÇÃO ATUAL)
Data: 19/4/2013
Tipo: DISTRIBUIÇÃO
Procurador de Justiça:
DENNIS LIMA CALHEIROS

<p>CÂMARA CRIMINAL</p> <p>0000337-88.2011.8.02.0028 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL PARIPUEIRA EMBARGANTE: GEORGE DE ARAUJO LOPES DE MOURA EMBARGADO : MINISTERIO PUBLICO Entrada :19/4/2013 Retirada :22/4/2013 Devolução :22/4/2013 Saidap/ TJ 22/4/2013</p> <p>(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 19/4/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: LUIZ BARBOSA CARNAUBA</p>	<p>Assunto: SITUAÇÃO ATUAL DO CENTRO SÓCIO-EDUCATIVO DEUS PROVERÁ Remetido para: NÚCLEO DE DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE</p> <p>Proc. 1917/2013 Interessado: FITS - FACULDADE INTEGRADA TIRADENTES Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: SOLICITANDO UMA VISITA TÉCNICA Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1905/2013 Interessado: MARCIA LIMA SALGUEIRO VITORINO, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ Natureza: LICENÇA MEDICA Assunto: REQUERENDO LICENÇA MÉDICA Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1928/2013 Interessado: JOSÉ CARLOS S. CASTRO E NAPOLEÃO AMARAL FRANCO, PROMOTORES DE JUSTIÇA Natureza: REMETENDO INFORMACOES Assunto: ENCAMINHANDO O OFICIO N° 999/2013/CN-CNMP/GAB Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Assunto: REQUERENDO DIARIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1908/2013 Interessado: JOSÉ ALVES DE OLIVIERA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: DIARIAS Assunto: REQUERENDO 05 MEIA DIARIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>
<p>TRIBUNAL PLENO CÍVEL</p> <p>0000971-03.2013.8.02.0000 MANDADO DE SEGURANÇA (TPC) CAPITAL IMPTE : HUKAS JORGE DE OLIVEIRA IMPEDO : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS Entrada :22/4/2013 Retirada : Devolução : Saidap/ TJ :</p> <p>(DISTRIBUIÇÃO ATUAL) Data: 22/4/2013 Tipo: DISTRIBUIÇÃO Procurador de Justiça: WALBER JOSE VALENTE DE LIMA</p>	<p>Proc. 1916/2013 Interessado: ADILZA INACIO DE FREITAS, PRESIDENTE DA AMPAL Natureza: REMETENDO INFORMACOES Assunto: INFORMAÇÃO Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1913/2013 Interessado: DRA. DALVA VANDERLEI TENORIO, PROMOTORA DE JUSTIÇA Natureza: REQUERENDO FERIAS Assunto: REQUERENDO FERIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1925/2013 Interessado: LYVIA AGRA DE MIRANDA Natureza: TERMO DE RENUNCIA DE POSSE Assunto: TERMO DE RENUNCIA DE POSSE Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1926/2013 Interessado: CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO Natureza: REMETENDO INFORMACOES Assunto: CONVITE PARA II MOSTRA DE TECNOLOGIA Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1909/2013 Interessado: JOSÉ ALVES DE OLIVIERA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: DIARIAS Assunto: REQUERENDO 04 MEIA DIARIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1911/2013 Interessado: DR. ADIVALDO BATISTA DE SOUZA JUNIOR, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: SOLICITANDO PAGAMENTO DE DIARIA Assunto: SOLICITANDO O PAGAMENTO DE QUATRO DIARIAS. Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>
<p>TANIA MARIA GOMES ASSESSORA ADMINISTRATIVA</p> <p>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<</p> <p>AO(S) '22' DIA(S) DO MÊS DE ABRIL O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:</p>	<p>Proc. 1914/2013 Interessado: JOSÉ JORGE TAVARES DÓRIA E DALVA VANDERLEY TENÓRIO, PROMOTORES DE JUSTIÇA Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: REQUERENDO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1906/2013 Interessado: DR. SERGIO EDUARDO SIMOES, PROMOTOR DE JUSTICA Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: SOLICITANDO PROVIDENCIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1927/2013 Interessado: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO Natureza: REMETENDO INFORMACOES Assunto: 1ª REUNIÃO DE 2013 DO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO (FNG) - DIAS 15 E 16 DE MAIO Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1904/2013 Interessado: CAMARA MUNICIPAL DE MACEIO/GABINETE DA VEREADORA HELOISA HELENA Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: SOLICITANDO A ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA APURAR POSSÍVEL ABUSO Remetido para: PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>	<p>Proc. 1912/2013 Interessado: DR. NILSON MENDES DE MIRANDA, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: SUSPENSÃO DAS FERIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1937/2013 Interessado: CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO Natureza: REQUERENDO SUGESTOES Assunto: REQUERENDO SUGESTÕES Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>
<p>Proc. 1931/2013 Interessado: CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO Natureza: REMETENDO INFORMACOES Assunto: REF.: PCA0.00.000.000479/2013-15 - CNMP Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1903/2013 Interessado: DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMATICA DESTA PGJ Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: COMPENSAÇÃO DE HORAS DE SERVIDOR Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1907/2013 Interessado: JOSÉ ALVES DE OLIVIERA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: DIARIAS</p>	<p>Proc. 1912/2013 Interessado: DR. NILSON MENDES DE MIRANDA, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: SUSPENSÃO DAS FERIAS Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>Proc. 1937/2013 Interessado: CNMP-CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO Natureza: REQUERENDO SUGESTOES Assunto: REQUERENDO SUGESTÕES Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>
<p>Proc. 1919/2013 Interessado: DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO Natureza: REQUERENDO AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR Assunto: AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAR Remetido para: DIRETORIA GERAL</p>	<p>Proc. 1903/2013 Interessado: DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMATICA DESTA PGJ Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: COMPENSAÇÃO DE HORAS DE SERVIDOR Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1907/2013 Interessado: JOSÉ ALVES DE OLIVIERA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: DIARIAS</p>	<p>Proc. 1936/2013 Interessado: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Natureza: INTIMACAO Assunto: INTIMAÇÃO Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>
<p>Proc. 1918/2013 Interessado: CENTRO SÓCIO-EDUCATIVO DEUS PROVERÁ Natureza: REMETENDO INFORMACOES</p>	<p>Proc. 1903/2013 Interessado: DIRETOR DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE INFORMATICA DESTA PGJ Natureza: REQ. PROVIDENCIAS Assunto: COMPENSAÇÃO DE HORAS DE SERVIDOR Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p>	<p>Proc. 1907/2013 Interessado: JOSÉ ALVES DE OLIVIERA NETO, PROMOTOR DE JUSTIÇA Natureza: DIARIAS</p>	<p>Proc. 1936/2013 Interessado: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Natureza: INTIMACAO Assunto: INTIMAÇÃO Remetido para: GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA</p> <p>RANULFO PAES ARAUJO ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA</p>